



PERCEPÇÕES DO LAZER COMO INGREDIENTE DE BEM-ESTAR PARA FAMÍLIAS DE BAIXA-RENDA DE MARINGÁ

Érika Lopes de Moraes Gomes¹
Giuliano Gomes De Assis Pimentel²

RESUMO: O lazer está relacionado à qualidade de vida, porém nem sempre é usufruído de maneira satisfatória. Nas comunidades de baixo poder aquisitivo percebe-se uma dificuldade em atingi-lo em áreas externas, devido à localização, ao custo dos meios de transporte coletivo e ao desconhecimento destas áreas, que, por sua vez, são poucas. Além destes problemas, existe também a falta de compromisso dos órgãos públicos com o acesso dessas comunidades aos equipamentos específicos de lazer de Maringá. Visando atuar sobre essa realidade, a pesquisa se deu na procura de meios para a realização de atividades de lazer em áreas externas para os indivíduos de baixa renda, em que buscou refletir como esta prática pode gerar a melhora na qualidade de vida e propor uma política de intervenção voltada a essa problemática.

PALAVRAS-CHAVE: tempo livre; pobreza; qualidade de vida.

PERCEPTIONS ABOUT LEISURE AS AN WELL BEING INGREDIENT FOR LOW-INCOME FAMILIES IN THE CITY OF MARINGÁ

ABSTRACT: Leisure is closely related to the quality of living, but it does not always take place in a satisfactory way. In low-income communities it is easy to perceive some difficulties of its outdoors use due to its localization, the cost of transportation, and a lack of knowledge about these areas, which, in its turn, are few. Besides these problems, there is the government's lack of commitment, so that these communities may have access to leisure specific equipment in the city of Maringá. Aiming at addressing this reality, this research has attempted to find means so that low-income individuals may carry out outdoors leisure activities by analyzing how the practice of leisure may generate improvements in the quality of living, as well as to propose an intervention policy to the problem.

KEYWORDS: Free time, poverty, quality of living.

¹ Acadêmica do Curso de Turismo do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá, Programa de Bolsas de Iniciação Científica do CESUMAR (PROBIC)

² Orientador e Docente do CESUMAR – Centro Universitário de Maringá



1. INTRODUÇÃO

O lazer é uma das atividades mais procuradas pelas pessoas, pois tem relação com a satisfação, a qualidade de vida, o não-trabalho, enfim, com a fuga do indivíduo às obrigações, tanto profissionais quanto familiares e/ou sociais, em que este expressa a sua livre vontade, praticando atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias. Estas atividades são centradas em interesses sociais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e turísticos, e sua realização se dá num tempo livre conquistado sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico, podendo interferir no desenvolvimento pessoal e social.

Os interesses acima citados se tornam alternativas que, na visão de Marcellino (1996), é importante conhecer para distinção e escolha, de modo que o indivíduo tenha ciência de quais existem e dentre eles por qual optará. Deste modo é apresentada a seguir a concepção de cada um deles.

O interesse social se dá na procura do relacionamento, no contato face a face, no convívio social, e pode ser encontrado nos bailes, bares, cafés enquanto pontos de encontro, e na frequência a associações.

Atividades em que prevalece o movimento ou o exercício físico, como as práticas esportivas, passeios, a pesca e outros, constituem o interesse físico.

A capacidade de manipulação para transformar objetos ou materiais está contida no interesse manual. São exemplos a jardinagem, o artesanato e o cuidar de animais.

Buscado através do contato com o real, as informações objetivas e as explicações racionais, dando ênfase ao conhecimento vivido e experimentado, o interesse intelectual é dado através de cursos, leituras e ocupações similares.

O interesse artístico é dominado pelo imaginário – as imagens, emoções e sentimentos; seu conteúdo é estético e se traduz na busca da beleza e do encantamento, abrangendo todas as manifestações artísticas.

A busca de novas paisagens, de novas pessoas e costumes é a aspiração mais presente nos interesses turísticos, tendo-se passeios e viagens como exemplos de sua atuação.

Além da importância registrada do conhecimento destes interesses, verificam-se como um dos principais problemas para o alcance do lazer as limitações de ordem financeira como barreira para os indivíduos de baixa renda.

Assim, deve-se entender o que é ser um indivíduo de baixa renda, ou pobre. Segundo Sen (2000), pobre é aquele não tem garantidas determinadas exigências de bem-estar, como o acesso

a água potável ou a comida suficiente para a sua sobrevivência. Além disto, a falta de condições básicas de vida, como o acesso à educação básica, pode traduzir-se em pobreza. O autor não considera apenas o problema imediato da pobreza de determinado indivíduo (a satisfação das suas necessidades básicas), mas também toma em consideração a ausência de oportunidades que lhe permitam sair dessa situação. A falta de recursos para as necessidades básicas inclui a falta de recursos também para o lazer.

Como uma parte da população é privada do lazer, o poder público deveria agir no sentido de que todos conseguissem usufruí-lo, visto que o direito ao lazer está contido na Constituição de 1988, no Título II, Capítulo II, Artigo 6º como um dos direitos sociais, e é tratado, quanto à formulação de ações, no Título VIII, Capítulo III, Seção III, *Do Desporto*, especificamente no parágrafo 3º do artigo 217, que estabelece: "O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social". Isso só é possível através de políticas públicas, em que o Poder Público deve conseguir meios de o lazer chegar ao cidadão de baixa renda, através de projetos e planos de ação, em parceria ou não com instituições públicas ou privadas.

2. RELAÇÕES DO LAZER COM OS INDIVÍDUOS DE BAIXA RENDA

Numa sociedade onde trabalhar é necessário para a sobrevivência, a busca de mais trabalho entra em conflito com a busca de relaxamento, de liberdade, de tempo para se divertir. Este tempo tão almejado vem com o propósito de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar. Porém, como o tempo livre pode trazer melhoria da qualidade de vida?

O conceito de qualidade de vida varia de pessoa para pessoa e tende a mudar ao longo da vida de cada um; porém existe o consenso de que vários fatores podem determiná-la. Em geral esses fatores são: o estado de saúde, a longevidade, a satisfação no trabalho, o salário, o lazer, as relações familiares, a disposição, o prazer e até a espiritualidade. Ela pressupõe o atendimento das necessidades humanas fundamentais e pode ser vista como sinônimo de felicidade. É algo que envolve o bem-estar, a felicidade, os sonhos, a dignidade e a cidadania.

Não obstante, o termo se restringe quando Santini (1993) a define como um tipo de vida que permite ao indivíduo um volume de tempo livre significativo, em que é natural a prática do lazer. Este melhora a qualidade de vida no sentido de enriquecimento cultural, quando se dedica inteligentemente uma parte do tempo diário a atividades prazerosas nos sentidos biológico, cultural e social. Com a prática de uma atividade de lazer o indivíduo é capaz de adquirir conhecimentos que lhe permitam uma compreensão nova de de

terminados comportamentos, como, por exemplo, companheirismo e solidariedade.

A busca do relaxamento, da diversão e até da liberdade está contida na busca pelo lazer. Essas atividades colaboram para a melhoria da qualidade de vida, visto que estão relacionadas com o prazer, a liberdade, a satisfação e a felicidade.

Considerando-se que ser pobre é ser privado de algumas exigências do bem-estar e que o lazer pode ajudar na melhoria da qualidade de vida, por que o lazer não é desenvolvido nas comunidades mais pobres?

Camargo (2001) mostra que a baixa renda veda o acesso da população às práticas culturais de lazer, privando as pessoas de diferentes modalidades de cultura. Isto se dá pela falta de dinheiro para usufruir a atividade ou até para alcançá-la.

Encontra-se uma solução quando Marcellino (1996) diz que democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. Se o assunto for colocado em termos da vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano.

Marcellino (1995) demonstra que os equipamentos urbanos para o lazer, quando existentes, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada, que os vê como uma mercadoria. Usufruir um lazer cobrado não seria a solução, pois pessoas de baixa renda necessitam de algo sem custo e que as ajude a melhorar a qualidade de vida sem afetar suas condições financeiras.

Marcellino (1996) diz que as camadas menos favorecidas da população vêm sendo expulsas para a periferia, portanto, afastadas dos serviços, dos equipamentos específicos, embora sejam justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Ao se deslocar para um lazer extradoméstico, devem ter acesso a locais públicos que lhes dêem condições para desenvolver diferentes atividades.

Não obstante, as camadas pobres enfrentam, para terem acesso ao lazer, não só dificuldades financeiras, mas também dificuldades no deslocamento. Para Camargo (2001), morar no centro de grandes cidades é fator de privilégio para o acesso a bens culturais. Inversamente, morar em cidades pequenas, distantes dos grandes centros, ou nas periferias dos grandes centros, é fator de exclusão de bens culturais.

A ida a parques por parte de populações de bairros mais distantes demonstra que não se trata de andar quarteirões, mas de atravessar, às vezes, bairros inteiros para um entretenimento familiar saudável. Marcellino (1995) concorda com essa idéia, dizendo que as grandes distâncias entre os locais de trabalho e os de mora-

dia obrigam a grande massa de trabalhadores a despender um parcela razoável de seu tempo diário com a locomoção.

A distância entre as unidades de moradia e os equipamentos específicos – constituídos especialmente para abrigar atividades de lazer – concentrados em áreas centrais, as sérias deficiências verificadas nos sistemas de transporte coletivo e as barreiras socioeconômicas certamente contribuem para confinar grande parcela da população a práticas conformistas. Na visão de Santini (1993), a população necessita de áreas próximas a sua moradia para exercer a atividade de lazer, evitando o deslocamento e assim as práticas conformistas.

RESULTADOS

Através de pesquisas bibliográficas e da tentativa de aproximá-las ao máximo da realidade maringaense, obteve-se como uma das soluções a base de um projeto de lazer construído por professores de São José dos Campos- SP, que chegou a ser implantado e proposto como modelo por Marcellino (1996). Esse projeto está remodelado para atender às necessidades da sociedade carente de Maringá.

O aludido projeto visava romper com a política clientelista e de privilégios, inverter prioridades, construir novos valores e um novo jeito de conhecer e fazer esporte. Deseja-se enfrentar esse desafio e construir esse processo com um conjunto de professores, a partir das suas experiências e de seus conhecimentos. Tem-se como pressuposto a construção coletiva do conhecimento como uma possibilidade de transformação e a participação também nas decisões como possibilidade de envolvimento e responsabilidade.

Aos poucos serão transformados os espaços individuais em espaços coletivos de reflexão, discussão e construção de um interesse comum. Passa-se então a reavaliar os eventos e programações de esporte e lazer que até então ocorrem na cidade, organizados pela Secretaria de Esportes e Lazer, a transformar as ações dos profissionais envolvidos no projeto e a estabelecer outras diretrizes e objetivos.

Foram estabelecidas quatro diretrizes:

1. implantação de programas de educação corporal que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população e a cidadania e que utilizem como meio dessa educação as seguintes manifestações culturais: a ginástica, a dança, o lazer, os jogos e os esportes;
2. participação e gestão comunitária para o conhecimento e prática voluntária de atividades corporais de esporte, ginástica, dança e lazer, visando à construção de autonomia e cidadania;
3. Incentivo e orientação para que os professores de esporte, ginástica, dança e lazer sejam, prioritariamente, integrados com

ações das áreas da saúde, cultura, educação, desenvolvimento social e meio ambiente;

4. Criação de equipamentos que atendam às necessidades lúdicas das crianças.

Poderão ser desenvolvidos serviços e projetos com os objetivos de:

- a) implantação e democratização do acesso e uso dos serviços de esporte e lazer;
- b) criação de novos equipamentos;
- c) aperfeiçoamento e reciclagem profissional de pessoal técnico administrativo e operacional.

A construção e implantação dessas diretrizes, objetivos e serviços não será possível sem a implantação e desenvolvimento de uma política clara e consistente de recursos humanos. É necessário um programa permanente de aperfeiçoamento e reciclagem profissional que possibilite, através de reuniões semanais, cursos e vivências corporais, sensibilizar, orientar e capacitar o conjunto dos supervisores e professores na construção coletiva de um projeto pedagógico de educação corporal e implantar uma política de lazer baseada na ação comunitária como estratégia de atuação.

Professores e supervisores terão que se preocupar em construir um projeto para transformar a mera prática do esporte, da ginástica, da atividade física e do lazer em construção de conhecimento e valores vinculados às vivências corporais com a perspectiva de os alunos e usuários dos serviços a serem oferecidos se capacitarem para a autonomia e conquista da cidadania. É importante o envolvimento da comunidade na construção de vários projetos de lazer decorrentes dos cursos de capacitação de animadores socioculturais.

Através de transporte gratuito é possível proporcionar o conhecimento dos equipamentos específicos de lazer e os pontos turísticos da cidade.

CONCLUSÃO

O lazer possui um entendimento muito amplo, sendo considerados seu aspecto educacional, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização, participação cultural e as barreiras socioculturais verificadas, assim como os limites impostos pela administração municipal e a necessidade de fixar prioridades a partir da análise de cada caso.

Foi observada a sua importância na vida cotidiana, em que o lazer se destaca como causador da melhora na qualidade de vida, tentando superar os problemas enfrentados nas férias relacionados à pobreza (dificuldade em acessar os equipamentos específicos de lazer, em realizar o lazer por si só e em pagar para conseguir um lazer digno), os quais deveriam ser solucionados pela

administração pública maringaense, que tem tentado amenizar o problema através de eventos culturais como o FEMUCIC, que está acontecendo pela primeira vez nos bairros. Mas é necessário que haja uma conscientização geral, para que a população continue exigindo o apoio do Poder Público para a realização de atividades que possam ser consideradas de lazer, reivindicando que esta prática não volte ao descaso e que continue em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRUHNS, H. T. (org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Unicamp, 1998.

CAMARGO, Luiz. In ANSARAH, Marília (org). **Turismo: Como Aprender, Como Ensinar**. Vol 2. São Paulo: Senac, 2001.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Desigualdade e pobreza: lições de Sen**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 15, n.42, fev. 2000.

MARCELLINO, Nelson. **Lazer e Humanização**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Estudos do Lazer: Uma Introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. (org). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O Papel das Prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

NAHAS, Markus V. **Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 2ª ed. Londrina: Midiograf, 2001.

SANTINI, Rita de Cássia. **Dimensões do Lazer e da Recreação: Questões Espaciais, Sociais e Psicológicas**. São Paulo: Angelotti, 1993.